

**Mário Jorge da Motta Bastos**

## **Os Paganismos na Alta Idade Média Ocidental: práticas efetivas ou tradições discursivas?**

### **1. A História e a Análise do Discurso**

Creio que seja possível datar de fins do século XIX a tomada de consciência, pelos historiadores (ou, ao menos, a sua expressão), da enorme complexidade intrínseca à matéria-prima de seu ofício.<sup>1</sup> Àquela altura, um manual dedicado aos métodos da história criticava com veemência a ingenuidade predominante em um nível crucial da atividade de seus profissionais, o trato com os discursos. Ao dedicarem-se à leitura dos textos – das fontes, as matérias-primas que consumiam tanto esforço e atenção – seus confrades concentravam-se, segundo Langlois/Seignobos (1946: 1), na ávida recolha das informações diretas que os mesmos lhes podiam proporcionar. Mantinham-se, contudo, alheios a um procedimento crucial, o de tentar recriar mentalmente as operações que teriam se processado no espírito dos seus autores, determinantes no processo de elaboração dos documentos. Impunha-se, pois, à afirmação do rigor metodológico – e como antídoto contra o veneno do amadorismo – a então chamada crítica interna das fontes, cuja fase inicial, essencialmente hermenêutica, consistia na crítica de interpretação ou crítica positiva. A análise do conteúdo do documento, apoiada na crítica de interpretação, afiançava ao historiador o grau de “certeza” acerca do enunciado do testemunho – “aquilo que o autor quis dizer” – seguida da avaliação do seu teor de sinceridade e exatidão (a crítica negativa).

Ainda que possamos, portanto, fazer retroceder há pelo menos um século a existência de uma preocupação hermenêutica – de certo primária – a relação tradicional dos historiadores com os documentos manteve-se centrada, predominantemente, no nível dos conteúdos. Tais documentos configuram-se como suportes de informação acerca

---

1 Sigo, para traçar um breve histórico desta relação, as perspectivas de Cardoso (1988: 61-92) e Cardoso/Vainfas (1997: 375-399).

dos referentes do texto, isto é, relativos à sua mensagem ou ao universo mental dos seus autores.

Assim, ao usar-se, segundo esse enfoque, o discurso de um político burguês com o intuito de configurar os traços da ideologia burguesa em um dado contexto histórico-social se está postulando, de forma implícita ou explícita, que o sentido de um texto resulta imediatamente disponível de sua leitura ou, em outras palavras, que a sua dimensão discursiva – a forma como está intrinsecamente estruturado o texto em questão – não é pertinente à análise (Cardoso 1988: 63).

Uma tal postura implica, ainda, na premissa subjacente de que haja uma plena e direta homologia entre os conteúdos do discurso e a ideologia do seu autor.

No campo específico da história das mentalidades e/ou das ideologias, esta perspectiva configura-se em abordagens orientadas por uma espécie de sociologia da cultura. A teoria, previamente elaborada, acerca da estrutura e dos conflitos sociais característicos de uma dada época ou sociedade elucida o conteúdo das idéias e mensagens geradas em seu âmbito. Assim, se as homologias parecem decorrer da análise, os materiais usados como fonte corroboram a vitalidade do quadro teórico de partida, fundamentando a formulação de hipóteses dele derivadas. Segundo Cardoso (1988: 63), a obra de Lucien Goldmann dedicada a Pascal e Racine – uma análise do conjunto de correlações existentes entre os escritos de tais autores e os fatos religiosos, sociais e políticos da época – constitui-se em vigoroso exemplo da “corrente” de abordagem ora referida.

A orientação metodológica que guiava tais estudos viria a sofrer um considerável abalo decorrente do primeiro contato efetivo da história com a lingüística, ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, em que pese a preservação inicial dos postulados tradicionais. Os historiadores (e também os sociólogos e psicólogos) visavam tão somente conferir um maior rigor a seus procedimentos, e experimentar a prazerosa sensação da “certeza” da cientificidade intrínseca ao seu ofício. A primeira realização, neste sentido, consistiu no emprego de técnicas sistemáticas de análise de conteúdo. Tratava-se de estabelecer as correlações entre os conteúdos de um texto, ou grupo de textos, e certas variáveis extralingüísticas (opiniões, atitudes, juízos) mediante a superposição ao texto de uma série de hipóteses integradas relativas a tais variáveis, efetuando-se sobre tal base uma análise completa dos conteúdos. Uma variante desta técnica – surgida em 1952, com a análise distribucional pro-

posta por Z. Harris – seria configurada nos trabalhos de lexicologia e lexicografia aplicadas elaborados, inicialmente, nos EUA e, em seguida, na França (Cardoso, 1997: 376). Fundamentavam-se, em ambos os casos, no estabelecimento de estatísticas rigorosas do emprego de palavras nos textos estudados, chegando-se à indexação dos mesmos por intermédio da distribuição de frequência. Predominava, ainda, contudo, no plano da interpretação, uma absoluta dissociação do “lingüístico” em relação às hipóteses interpretativas, que eram de tipo “sociológico”.

Os avanços da computação contribuíram para a complexificação destes métodos de abordagem, cabendo, ainda uma vez, a primazia aos norte-americanos. Um discípulo de C. E. Osgood, I. de Sola Price, desenvolveu uma análise semântica dos conteúdos cuja principal técnica consistia em tomar a unidade lexical juntamente com seu contorno à direita e à esquerda, visando estudar as relações de distribuição com base nos índices de concordância, que indicam as ocorrências, oposições e incompatibilidades. Tal metodologia foi essencialmente aplicada à análise de enunciados segundo hipóteses – extralingüísticas – relativas às ideologias, com destaque para os estudos do *Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloud* (Provost-Chauveau 1971: 10-11).

## **2. A Lingüística e os Paradigmas da História**

Começava a esboçar-se, então, o que se poderia configurar como o segundo encontro entre as ciências humanas e a Lingüística, aquele especialmente vinculado ao auge estruturalista da década de 1960. Elevada à condição de paradigma “científico” referencial para todas as ciências sociais, a lingüística, que se concentrara, até então, em análises restritas ao nível da frase, passou a interessar-se pelas estruturas que organizam os grupos de frases em um discurso completo. Surgia a Lingüística do Discurso (Cardoso, 1988: 63). Um dos aspectos centrais deste novo encontro residia na crítica à perspectiva simplista que, em Filosofia do conhecimento, concebia o reflexo da realidade externa no pensamento-linguagem como mera reprodução passiva. Tal crítica redundaria em benefício de uma perspectiva interacionista do homem com a realidade natural e social, uma interação que é produto do trabalho sócio-historicamente determinado. Portanto, e em sendo a língua um instrumento modelador do mundo, no que se refere à sua percepção e compreensão pelo homem, é inadequado postular, por exemplo,

que as classes sociais e suas lutas históricas pertençam à esfera de uma “realidade social” prévia à sua determinação lingüística. “A luta de classes é também luta ideológica travada no plano lingüístico. Não se deve, pois, considerá-la, assim como a consciência de classe, como um fato preexistente que se refletisse, aprioristicamente, na língua.” (Ponzio 1974: 238) Veremos, em seguida, que uma tal premissa encerra o perigo de servir como álibi para posições abertas ou insidiosamente idealistas, mediante a eliminação dos sujeitos sociais do processo histórico e da negação da existência de determinações efetivas de certos níveis do social sobre outros.

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve, portanto, atentar sempre para o modo pelo qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias. No caso, especialmente, de pesquisas dedicadas à história do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende, em muito, da forma do texto: do vocabulário, dos enunciados, dos tempos verbais, etc.

As vantagens de pesquisar a estrutura formal do texto em perspectiva histórica não foram descobertas recentemente. Os fundadores dos *Annales* consideravam-na essencial a uma maior precisão na relação do historiador com a linguagem, bem como à satisfação do anseio primordial que tornaria célebre àquela escola, a ampliação das fronteiras e o alargamento dos horizontes da disciplina. Apetrechar-se, capacitando-se assumir a condição do “ogro da lenda”<sup>2</sup> implica, para o historiador, antes de mais a reflexão acerca de algumas das particularidades da linguagem e, em especial, da sua relação com ela. Marc Bloch considerou, por exemplo, algumas das particularidades da relação do historiador com as línguas e os discursos. Dentre os aspectos considerados pelo autor ressaltam-se, em especial, aqueles relativos à nomenclatura na História e à relação do discurso do historiador com os discursos que se referem ao seu objeto.

---

2 “O bom historiador, esse, assemelha-se ao ogro da lenda. Onde farejar carne humana é que está a sua caça.” (Bloch s/d: 28).

Os homens não esperam, para dar nome aos seus atos, às suas crenças e aos diversos aspectos da sua vida em sociedade, que se tornassem objeto de uma investigação desinteressada. O seu vocabulário recebe-o a história, portanto, na maior parte dos casos, da própria matéria do seu estudo. Ela aceita-o, já usado e deformado por uma longa tradição (Bloch s/d: 137).

Os documentos tendem, pois, a impor-nos, a par das suas nomenclaturas, as armadilhas que as mesmas carregam. As mudanças das “coisas” estão longe de arrastar sempre consigo mudanças paralelas nos seus nomes. “Para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito de mudar o vocabulário de cada vez que mudam os costumes.” Algumas vezes são causas particulares à evolução da linguagem que levam ao desaparecimento da palavra, sem que tenha havido a menor alteração no objeto ou no ato, porque os fatos lingüísticos têm o seu próprio coeficiente de resistência ou de ductilidade. Casos há em que o fenômeno é de ordem estritamente fonética, e conduz a erro tomá-lo por característica de civilização (Bloch s/d: 138).

Lucien Febvre também ressaltou o potencial da análise lexical em seu *L'époque de l'incroyance*, publicado em 1942. Baseado em uma pesquisa exaustiva do vocabulário *abelaisiano*, o autor configurou o que lhe parecia ser uma expressão da “mentalidade pré-lógica” característica do europeu do século XVI, de um homem essencialmente religioso e, por isso mesmo, “incapaz de descrever”. Algum tempo depois, mais precisamente em 1953, o *annaliste* reafirmaria, nos *Combats pour l'histoire*, a sua convicção acerca da importância da lingüística como “aliada da história” (Febvre 1977: 135).

### 3. Tensões e Controvérsias

A sequência desta abordagem talvez devesse considerar o mais recente contato da História com a Semiótica do Discurso, ressaltando os avanços decorrentes do emprego de metodologias como o quadrado semiótico, o grupo de Klein, etc. No entanto, parece-me essencial enfatizar, em uma espécie de balanço crítico, os descaminhos trilhados em tal relação, dando ensejo a perspectivas inadequadas que, contudo, afirmam-se hegemônicas no âmbito atual da disciplina. À guisa de alarme, seria possível afirmar que todo cuidado é pouco quando se trata de aproximar lingüística e história. Ainda no domínio da historiografia francesa, Alphonse Dupront (1969: 15-16) viria a radicalizar as

preocupações de Febvre em relação à linguagem propondo, em 1969, uma “semântica histórica” como profissão de fé do historiador, instrumento considerado crucial à abordagem da irrupção do mental e do irracional nos comportamentos coletivos. Não tardaria muito para que outros levassem ao extremo a importância da linguagem e, inspirados em Saussure, Foucault ou Hayden White, questionassem a capacidade explicativa da história, reduzindo a disciplina a um gênero narrativo, ou tornando-a prisioneira de estruturas discursivas (Cardoso/Vainfas 1997: 378). O avanço insidioso de tal perspectiva no campo historiográfico guarda íntima relação com a crise de paradigmas que afeta, há algumas décadas, a disciplina, consubstanciada no avanço do paradigma “pós-moderno” em detrimento daquele – dito “iluminista” ou “moderno” – que fundamentou duas das principais correntes analíticas do século xx (o marxismo e a já referida “escola dos *Annales*”). Consideremos, em seguida, algumas das orientações básicas vinculadas ao tal paradigma predominante, atualmente, nos círculos acadêmicos.

Seguindo as referências de J.F. Lyotard (1984), o pós-modernismo caracteriza-se pela “morte dos centros” e pela “incredulidade em relação às metanarrativas”. Tais premissas, quando aplicadas à história-disciplina, implicam na negação da existência da História – em benefício de uma multiplicidade de histórias produzidas “por” e “para” diversos grupos restritos de poder – bem como de qualquer teoria global do social que fundamente a interpretação. O conhecimento reduzir-se-ia a processos de semiose e interpretação (hermenêutica) alheios à qualquer possibilidade de avaliação crítica ou valorativa. Mas, quais seriam os aspectos centrais da tendência hermenêutica nas ciências sociais? Jean-Claude Gardin (1982: 87-104) refere-se a: 1, a dualidade natureza/cultura; 2, o lugar do sujeito (como ator social e como observador do social); 3, uma revisão dos critérios de validação; 4, a inevitabilidade de uma multiplicidade de interpretações para cada objeto estudado. Em primeiro lugar, portanto, os modernos partidários de uma concepção hermenêutica dos estudos sociais retomam, sob nova roupagem, uma velha bandeira dos neokantianos de fins do século xix e começo do século xx, a noção de que o comportamento humano e seus resultados são essencialmente diferentes dos fenômenos estudados pelas ciências naturais, o que impediria qualquer aproximação metodológica a estas últimas. Contrárias à qualquer perspectiva de

cientificidade, as ciências sociais devem orientar-se por um enfoque voltado à compreensão, isto é, à interpretação, à hermenêutica ou à crítica cultural. Ademais, seria preciso reconhecer que o observador é parte integrante, com sua própria subjetividade, do seu objeto de estudo, “descoberta” que leva a uma postura de extremo ceticismo em relação à validade das formas de conhecimento até então correntes.

Neste ponto, as posições possíveis variam extremamente, indo da subjetividade do autor individual ou de um leitor implícito igualmente individual às posições de grupos de pessoas diversamente designados: “comunidade interpretativa”, “comunidade textual”, “sociedade discursiva”. Tratar-se-ia, de qualquer forma, de um processo hermenêutico de interpretação, tomado, no campo da história, de empréstimo a uma certa antropologia (Clifford Geertz) ou a alguma outra vertente de culturalismo relativista. (Cardoso/Vainfas 1997: 18).

A conjugação destes elementos conduz, inevitavelmente, a um relativismo extremo e radical. As interpretações acerca de um dado tema são necessariamente variadas e não há formas aceitáveis de escolher entre elas. São todas válidas se satisfizerem os critérios do autor e daqueles que com ele concordarem. Foram particularmente influentes entre os historiadores as reflexões relativas às formas sociais das representações, que viriam a ser tomadas como elementos constitutivos por excelência do pensamento histórico. A indagação primordial do historiador, a despeito de qualquer conteúdo específico, deveria concentrar-se nas formas que o saber histórico recebe de sua estrutura literária, de sua textualidade ideologicamente condicionada (as *epistemes*, para Foucault). Ora, a redefinição do labor historiográfico – orientado, a partir de então, pelas “formas de representação” e pelos “níveis de discursividade” – faria soar o dobre de finados à qualquer vã presunção que atribua objetividade, racionalidade e, por que não dizer, cientificidade ao conhecimento produzido pela confraria de Clio. Restar-nos-ia, conscientes, e humildes, abandonar o analítico, o estrutural, a macroanálise e a explicação (ilusões científicas) em benefício da hermenêutica, da micro-história, da concepção de uma história que se constitui como um gênero narrativo ou literário (Cardoso/Vainfas 1997: 17).

Tal perspectiva assume, como postulado evidente – mas que está longe, contudo, de constituir uma verdade! – a idéia de que o “discurso” e a “realidade humana” (individual ou coletiva) são grandezas incomensuráveis e irredutíveis: o primeiro falaria, por tal razão, sempre sobre si mesmo, a pretexto de falar sobre a segunda. David Carr,

por exemplo, opôs-se à concepção, cara a Paul Ricoeur e Hayden White, da descontinuidade radical que se interpõe entre a narrativa e o mundo real físico ou humano. Segundo o autor, as narrativas seriam uma condição intrínseca e indispensável dos processos da própria vivência humana individual ou coletiva. “A função narrativa é prática antes de ser cognitiva ou estética, razão pela qual, longe de poder negar-se qualquer relação entre o discurso narrativo e a realidade, a narrativa histórica mantém relações necessárias e estreitas com o seu objeto social real.” (Carr 1986: 26)

#### **4. O Real além dos Níveis Discursivos**

Assim, se “um dos problemas fundamentais dos estudos da língua medieval – e da lingüística histórica em geral – reside na configuração da relação entre a evolução lingüística e a tradição textual” (Kabatek 2001: 97), à história impõe-se o da relação entre texto e contexto, entre o discurso e a sociedade em meio à qual se produz e à qual se refere. Autor de discursos que se produzem, ainda hoje, essencialmente a partir de outros discursos – à história impõem-se as línguas, instrumentos cruciais do diálogo – tal relação, tão íntima, não é isenta de tensões e controvérsias que, em última análise, põem em xeque a natureza do próprio ofício do historiador. Será a história apenas um nominalismo bem temperado, e seu objeto tão somente os ecos quase inaudíveis dos discursos de outrora? O historiador pós-modernista F. R. Ankersmit, por exemplo, declara:

Suponhamos que perguntamos pela causa da [...] ‘Revolução Industrial’ ou da ‘Guerra Fria’. Devemos agora lembrar que esses termos não se referem a uma realidade histórica fora do texto, mas a elementos da narrativa. Isso significa que essas perguntas não são perguntas sobre a causa de um complexo estado de coisas no fim do século XVIII ou após a II Guerra Mundial, mas sobre a causa de uma idéia ou de um elemento da narrativa. (1990: 285)

A abertura do historiador à lingüística, à semiótica e à crítica literária – como de resto às demais ciências humanas, ao menos sob tal perspectiva acrítica e subserviente de interdisciplinaridade – concorre menos ao pleno cumprimento de seu ofício de fazer história do que à intenção de evadir-se dele!

Fixemos, pois, a nossa perspectiva de base: considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de modo



algum, reduzir a história ao texto, como fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam a existência da história fora do discurso. Trata-se, antes, de relacionar texto e contexto, de buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-la ao social (Cardoso/Vainfas 1997: 378). Por outro lado, negar a redutibilidade da história ao texto não significa admitir que haja uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, discurso, seja ele escrito, iconográfico, gestual, etc., de forma que apenas a partir da decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar seu ofício. Como destaca Eliseo Verón (1981: 192), o sentido encontra-se, no funcionamento de uma sociedade, por toda parte, da mesma forma que o ideológico e o poder. Segundo o mesmo autor, as “condições de produção” de um discurso têm a ver com o “ideológico”, com os valores sociais da comunidade que o produz, ao passo que as “condições de seu reconhecimento” dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade.

## **5. Expressões da religiosidade na Alta Idade Média Ocidental**

Situando-me no contexto da transição da Antigüidade à da Alta Idade Média Ocidental, e em meio ao fluxo de um processo histórico marcado pelo fenômeno da implantação e disseminação do cristianismo, abordarei, na seqüência deste artigo, as controvérsias historiográficas relativas ao teor a ser atribuído às “sobrevivências pagãs” recorrentes nos textos de época, denunciadas e combatidas pelos homens da Igreja. Atas conciliares, hagiografias, sermões, legislação constituem apenas alguns exemplos de gêneros discursivos amplamente devotados à caracterização de crenças incompatíveis com o sistema cristão em processo de afirmação no Ocidente. Assim, por exemplo, no que se refere à Península Ibérica do século IV d.C. ao VIII d.C., encontramos, nas atas conciliares, referências a um simbolismo pagão relacionado à fertilidade e à produção agrícola (Vives 1963).

No concílio de Braga de 572, presidido por São Martinho, as determinações fazem eco ao seu famoso sermão, o *De Correctione Rusticorum*

(Nascimento 1997), e condenam o recurso a adivinhos e sortilégos para a purificação das habitações, proibem a celebração das tradições e festejos pagãos (Calendas), e ainda a observação do curso da lua e dos astros visando determinar a melhor época para a construção da casa, a sementeira e a celebração do matrimônio. Fica, também, proibido o emprego de fórmulas supersticiosas pelas mulheres no trabalho doméstico. Segundo os cânones do III Concílio de Toledo (Vives 1963: 129-130), realizado em 589, a idolatria estaria arraigada por quase toda a Espanha. Este mesmo concílio refere-se a cantos e danças indecorosas nos dias dos santos. No mesmo ano, o sínodo provincial de Narbona (Vives 1963: 147) condena a celebração do quinto dia da semana, em honra a Júpiter. O mesmo sínodo, em seu cânone IV, proíbe o trabalho no domingo, sobretudo aquele relacionado às atividades agrícolas. Tais referências encontram-se no sermão de Martinho de Braga, como aquelas as quais me refiro a seguir.

Os Concílios IV e V de Toledo (Vives 1963: 195 e 228), realizados, respectivamente, em 633 e 636, informam, ainda uma vez, sobre as comemorações das Calendas e de sortilégios em geral. Por fim, os concílios XII e XVI de Toledo (Vives 1963: 398 e 498) voltariam a carga contra a idolatria, coibindo o culto aos deuses alheios, astros, árvores, fontes e pedras sagradas. A legislação visigótica também nos fornece referências esparsas a cultos condenados pelo vínculo estabelecido com o paganismo ou, na extensão, com a intervenção diabólica. O *Forum Iudicum*, promulgado em 654, incorpora leis anteriores condenando os augúrios (McKenna 1938: 121). Não são poucas, também, as indicações correntes nas hagiografias, o que ademais configura os santos da Alta Idade Média como verdadeiros persecutores do maravilhoso pagão. O sermão *De Correctione Rusticorum*, já referido, de meados do século VI, veicula ainda a condenação do culto ao mar, aos bosques, ao fogo doméstico, bem como das superstições relacionadas à saúde, à fertilidade, ao labor dos campos e ao trabalho doméstico.

Ative-me, neste breve inventário, ao contexto mais restrito de minhas pesquisas.<sup>3</sup> Extravasando, contudo, o quadro ibérico, ressalta-se o vigor desse discurso anti-pagão reproduzido em atas conciliares da Gália merovíngia, da Itália ostrogoda e da Inglaterra anglo-saxônica.

---

3 Ver, para uma abordagem aprofundada do tema, a tese de doutorado (Bastos 2003).

Ademais, destaca-se a profunda identidade encontrada nas obras de Cesário de Arles, Martinho de Braga, Pirmino, Rabanus Maurus, Regino de Prüm e Burcardo de Worms (Hen 1995: 168), ou seja, são efetivas as repetições das mesmas condenações, numa ampla variedade de fontes datadas do século VI ao século XI. Tratar-se-iam de tradições discursivas vigorosas, porém alheias a qualquer “materialidade”?

Parece ser esta a perspectiva que se reafirma com vigor nas análises mais recentes dedicadas ao tema, restabelecendo, de forma mais sutil, a velha premissa da Idade da Fé, da Idade Média elitista plenamente identificada com a ortodoxia cristã. Assim, para autores como Harmening (1979: 49-73) as repetições e cópias, que aparecem nas fontes coetâneas e posteriores, são um sinal inequívoco de submissão à convenção literária, de forma que o paganismo constituía-se apenas em manifestação discursiva. Yitzhak Hen, por seu turno, concebe, além da tradição discursiva, a intervenção em tais fontes de uma certa realidade existente no período de sua composição, restrita, contudo, ao campo da subjetividade. “Esta realidade era mais mental do que prática refletindo, essencialmente, os temores e receios que preocupavam a mente dos autores” (Hen 1995: 171). Trata-se de adotar, em tais “análises”, implícita ou explicitamente, as premissas do famoso “método arqueológico” de Foucault, dedicado a evidenciar um conjunto de regras de formação e transformação – tipos de apresentação, construção, encadeamentos, figurações, imagens, etc. – que controlam, em cada época (ou episteme), os diversos domínios do discurso, de acordo com “práticas” (ideológicas sobretudo) articuladas ao próprio discurso. Uma tal maneira de encarar a pesquisa permitiria tomar os enunciados como efeito de um modo de apresentação discursiva que regula a sistematicidade deles, ressaltando o que há de comum a respeito em diferentes tipos de discurso. Este *modus operandi* apresenta, porém, graves distorções, cuja caracterização conclui este artigo.

Ora, considerando-se os campos de manifestação dos vários cultos condenados, destaca-se a sua incidência no âmbito de atividades e necessidades várias, fundamentais e correntes na vida quotidiana e trabalho das comunidades camponesas, como a fertilidade dos campos, a garantia e preservação das colheitas, a proteção da casa e do trabalho doméstico, além daquelas que podem estar diretamente associadas à importância econômica crucial das atividades nas áreas incultas, como os cultos às árvores, rios, mar, fontes. Referem-se, pois, a um âmbito

essencial da estruturação das sociedades humanas, aquele que se efetivava nas relações estabelecidas entre os homens e a natureza. Nenhuma ação material do homem sobre a natureza, nenhuma ação intencional, pode se desenvolver sem considerar, desde seu início, as realidades “ideais”, isto é, as representações, as concepções acerca da ordem do funcionamento da natureza. Na sociedade medieval, como em várias daquelas estudadas pelos antropólogos, a religião incidia, justamente, sobre este tópico, isto é, consistia num vasto sistema de representações e de práticas simbólicas pelas quais os homens do período concederam um sentido e uma ordem ao mundo, ou seja, representaram, organizaram e legitimaram as relações estabelecidas entre si e com a natureza.

As reiteradas condenações às crenças visavam práticas contraditórias com a ortodoxia cristã, revelando, ademais, que a relativa autonomia preservada pelas comunidades camponesas sustentou uma base de contínua elaboração e reelaboração de uma cosmovisão irredutível, plenamente, aos preceitos ditados pelas elites eclesiásticas. Numa época em que os sacerdotes cristãos arrogavam-se, e impunham pela força, o exclusivo da mediação com os céus, erguiam-se fáceis e ao alcance de todos as pedras, as fontes e as árvores sagradas (Bastos 2003: 290-291).

## **6. Considerações Finais**

Portanto, as práticas veiculadas pelos discursos não são, em si, predominantemente discursivas, não se limitam ou reduzem-se ao plano da “discursividade”. Não se trata, inclusive, apenas de aludir ao aspecto prático dos discursos. É fundamental à sua plena compreensão a consideração da diversidade das práticas sociais, inserindo-as no campo de estudos a partir de alguma teoria relativa ao funcionamento e à mudança das sociedades humanas (McNally 1999: 33-49). Ademais, as tais “regras que controlam o discurso” determinam, quando muito, as condições de possibilidade, e não as condições efetivas de produção dos textos. Assim, a emergência, numa sociedade, de um enunciado, de um costume, de uma experiência, num contexto dado – o fato de que isto ocorra – não depende apenas (nem principalmente) de tais “regras”, e sim, do jogo complexo das condições econômico-sociais, políticas e ideológicas diversas. Depende, essencialmente, do estado deste conjunto de fatores naquele momento específico, da intervenção dos indi-

víduos e, até mesmo, de uma certa dose de acaso. As “regras” são elementos necessários, mas não suficientes, do mesmo modo em que as regras da gramática são um dos elementos necessários para que eu fale de forma inteligível, mas não determinam o conteúdo efetivo do que eu digo (Cardoso 1988: 111). Enfim, as continuidades ou transformações dos enunciados e das práticas só dependem de regras formais em um nível puramente abstrato. Na realidade, a História não é uma articulação sistemática de sistemas de articulação, mas depende do jogo efetivo das forças e contradições presentes e atuantes em todos os níveis que compõem a globalidade social.

## Bibliografia

- Ankersmit, Frank R. (1990): “Reply to Professor Zagorin”. Em: *History and Theory*, 3, 280-288.
- Bastos, Mário Jorge da Motta (2003): *Religião e Hegemonia Aristocrática na Península Ibérica (Séculos IV-VIII)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (edição eletrônica: <http://www.teses.usp.br>).
- Batany, Jean (2002): “Escrito/oral”. Em: Le Goff, Jacques/Schmitt, Jean-Claude (eds): *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, I. Bauru: Edusc; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, p. 383-395.
- Bloch, Marc (s/d): *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Cardoso, Ciro Flamarion (1988): “Semiótica, História e classes sociais”. Em: Cardoso, Ciro Flamarion (ed): *Ensaio Racionalistas*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 61-92.
- Cardoso, Ciro Flamarion/Vainfas, Ronaldo (1997): “História e Análise de Textos”. Em: Cardoso, Ciro Flamarion/Vainfas, Ronaldo (eds.): *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, p. 375-399.
- Carr, David (1986): “La Narrativa y el Mundo Real: Un Argumento en Favor de la Continuidad”. Em: *Historias*, (México), 14, p. 15-27.
- Dupront, Alphonse (1969): “Sémantique Historique et Histoire”. Em: *Cahiers de Lexicologie*, 1/2, p. 15-35.
- Febvre, Lucien (1977): *Combates pela história*. Lisboa: Editorial Presença.
- Gardin, Jean-Claude (1982): “Semiotic trends in archaeology”. Em: Gardin, Jean-Claude/Peebles, Christopher S. (eds.): *Representations in archaeology*. Bloomington-Indianápolis: Indiana University Press, p. 87-104.
- Harmening, Dieter (1979): *Superstitio: Überlieferungs- und theoriegeschichtliche Untersuchungen zur kirchlich-theologischen Aberglaubensliteratur des Mittelalters*. Berlin: E. Schmidt.
- Harris, Zellig (1952): “Discourse analysis”. Em: *Language*, (New York), 28, 1, p. 1-30.
- Hen, Yitzhak (1995): *Culture & Religion in Merovingian Gaul, AD 481-751*. Leiden; New York; Köln: E. J. Brill.

- Kabatek, Johannes (eds.): (2001): “¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”. Em: Jacob, Daniel/Kabatek, Johannes (eds.): *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Iberica: Descripción gramatical – pragmática histórica – metodología*. Frankfurt am Main; Madrid: Vervuert/Iberoamericana, p. 97-132.
- Langlois, Charles Victor/Seignobos, Charles (1946): *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Editora Renascença.
- Lyotard, Jean-François (1984): *The Post-Modern Condition*. Manchester: Manchester University Press.
- McKenna, Stephen (1938): *Paganism and Pagan Survivals in Spain up to the Fall of the Visigothic Kingdom*. Washington D.C.: The Catholic University of America Press.
- McNally, David (1999): “Língua, história e luta de classe”. Em: Wood, Ellen Meiksins/Foster, John Bellamy (eds): *Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 33-49.
- Nascimento, Aires A. (ed) (1997): *Instrução Pastoral sobre Superstições Populares*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Ponzio, Augusto (1974): *Producción lingüística e ideología social*. Madrid: Alberto Corazón.
- Provost-Chauveau, Geneviève (1971): “Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours”. Em: *Langue Française*, p. 0-32.
- Verón, Eliseo (1981): *A produção de sentido*. São Paulo: Editora Cultrix/Edusp.
- Vives, José (ed.) (1963): *Concilios Visigóticos e Hispano-Romanos*. Barcelona; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.